



## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### PROJETO DE LEI Nº 3.758, DE 2015

Apensado: PL nº 3.510, de 2023

Institui Sistema Nacional de Educação a Distância.

**Autor:** Deputado REGINALDO LOPES

**Relatora:** Deputada MEIRE SERAFIM

## I - RELATÓRIO

O **Projeto de Lei nº 3.758, de 2015**, do Senhor Deputado Reginaldo Lopes, visa instituir o Sistema Nacional de Educação a Distância.

O art. 1º define o referido sistema nacional como sendo composto por Universidade Aberta do Brasil (UAB) e pelo Sistema Rede e-Tec Brasil, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos, programas e projetos de educação no País. O parágrafo único do art. 1º estabelece os objetivos do SNEaD: estabelecer diretrizes e normas para a EaD no país; fomentar pesquisas e desenvolver Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs); “agregar instituições de ensino que promovem educação profissional e tecnológica”; oferecer cursos superiores, prioritariamente em licenciaturas, bem como formação continuada de professores; oferecer cursos superiores para capacitar profissionais da educação básica pública; oferecer e ampliar acesso a cursos superiores, reduzindo desigualdades regionais de oferta nessa seara; promover e desenvolver cursos EaD de formação inicial e continuada para gestores e técnicos administrativos da educação superior; ofertar e ampliar educação profissional e tecnológica na educação básica por meio da EaD; incrementar capacitação de estudantes da educação básica na





Apresentação: 17/11/2023 14:37:55.063 - CE  
PRL 3 CE => PL 3758/2015

### Prüfung

Os arts. 9º a 13 regulam a EaD na educação básica, com similaridades: a Rede e-Tec fica estabelecida nos termos da cooperação entre União e demais entes federativos (art. 9º); a composição da Rede e-Tec é assim descrita: “I - instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; II - unidades de ensino dos serviços



Tels (61) 3215-5202/3202 | [dep.meireserafim@camara.leg.br](mailto:dep.meireserafim@camara.leg.br)

Para verificar a assinatura, acesse <https://portal-eletronico.tjcamara.sp.br/portal/validarAssinatura.jspx> e informe o código.



Apresentação: 17/11/2023 14:37:55.063 - CE  
PRL 3 CE => PL 3758/2015

### Prüfung

LexEdit

De forma similar o projeto também pretende alterar o § 1º do art. 4º da Lei do Sinaes. A redação vigente é a seguinte: “§ 1º A avaliação dos cursos de graduação fará uso de procedimentos e instrumentos diversificados, entre os quais, obrigatoriamente, a avaliação externa por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.” A modificação proposta



Tels (61) 3215-5202/3202 | [dep.meireserafim@camara.leg.br](mailto:dep.meireserafim@camara.leg.br)

Tels (61) 3215-5202/3202 | dep.meireserafim@camara.gov.br

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Meire Serafim



insere acréscimo também referente à avaliação dos polos que ofertam Educação a Distância: “§ 1º A avaliação dos cursos de graduação fará uso de procedimentos e instrumentos diversificados, entre os quais, obrigatoriamente, a avaliação externa por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento, **incluída, no caso dos cursos de graduação oferecidos na modalidade a distância, a avaliação de sua oferta nos polos mantidos pelas instituições de educação superior**”.

A Matéria foi distribuída às Comissões de Educação (CE) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A tramitação dá-se sob o regime ordinário (art. 151, III, RICD). A apreciação é conclusiva por parte desta Comissão de Educação.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o Relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

Em um país de dimensões continentais como o Brasil, com cidades distantes dos territórios com maior infraestrutura e periferias de cidades grandes, a educação a distância (EaD) é responsável por grande contribuição para a garantia de acesso à educação.

A EaD, ministrada por profissionais bem formados, com recursos didáticos, infraestrutura e avaliação adequados, é essencial para contribuir em favor da consecução das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê, entre suas estratégias:

10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, **inclusive na modalidade de educação a distância;**





14.4) expandir a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive **metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;**

Entendemos que a abordagem do PL nº 3.510/2023 é mais adequada por ser mais específica, embora não trate da educação básica. Por sua vez, o PL nº 3.758/2015 estabelece um Sistema de EaD, que criaria uma duplicidade indesejada com o futuro Sistema Nacional de Educação (SNE), em apreciação no Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, o PL nº 3.758/2015 não

Apresentação: 17/11/2023 14:37:55.063 - CE  
PRL 3 CE => PL 3758/2015

### PRUN.3

LexEdit





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Meire Serafim - UNIÃO/AC**

deixa de tratar da educação básica, que, embora não tenha uma lei responsável por reger mais detalhadamente o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) — tal como ocorre na educação superior com o Sinaes —, não deve ser negligenciada, sobretudo para que os polos presenciais da EaD sejam devidamente avaliados e assim seja garantida a qualidade na oferta de ensino.

Considerando essas variáveis, entendemos que cabe apresentar Substitutivo tendo por base o PL nº 3.510/2023, com o acréscimo de dispositivo remetendo à avaliação da educação a distância (EaD) na educação básica, de modo a contemplar preocupações meritórias constantes em ambas as proposições.

Diante do exposto, nosso voto é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 3.758, de 2015; e do Projeto de Lei nº 3.510, de 2023; na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2023.

**Deputada MEIRE SERAFIM**  
Relatora





## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.758, DE 2015

Apensado: PL nº 3.510, de 2023

Estabelece regras para a avaliação da Educação a Distância na educação superior e na educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, passa a vigorar com as seguintes alterações em seus arts. 3º e 4º:

“Art. 3º .....

.....

§ 2º Para a avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, entre os quais a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*, presencial ou virtual, com georreferenciamento, de suas sedes e seus *campi*, bem como, no caso das instituições que ofertam cursos superiores na modalidade a distância, a de seus polos.

.....” (NR)

“Art. 4º .....

§ 1º A avaliação dos cursos de graduação fará uso de procedimentos e instrumentos diversificados, entre os quais, obrigatoriamente, a avaliação externa por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento, incluída, no caso dos cursos de graduação oferecidos na modalidade a distância, a avaliação de sua oferta nos polos mantidos pelas instituições de educação superior.

.....” (NR)







**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete da Deputada Federal Meire Serafim - UNIÃO/AC**

Art. 2º A avaliação de cursos da educação básica que façam uso de Educação a Distância, no que se refere à oferta da parte realizada nessa modalidade de ensino, deverá ser realizada *in loco*, na forma presencial ou virtual, com georreferenciamento, em suas sedes, em seus *campi* e nos polos mantidos pelas instituições de ensino responsáveis.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2023.

Deputada MEIRE SERAFIM  
Relatora

Apresentação: 17/11/2023 14:37:55.063 - CE  
PRL 3 CE => PL 3758/2015

PRL n.3

